

FUTURAS GERAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL

Rafael Henrique Renner

Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil
Professor do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), Rio de Janeiro, Brasil
Professor do Centro Universitário de Valença na Fundação André Arcoverde (FAA), Valença, Brasil
Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro
rhrenner@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo busca entender os fundamentos jurídicos que determinam a proteção aos direitos das futuras gerações. Dessa forma, analisa-se o conceito de futuras gerações, bem como os fundamentos constitucionais e internacionais que permitem construir o arcabouço normativo que determina o direito das futuras gerações. Após essa análise, e verificada a especial condição de vulnerabilidade das futuras gerações, lançam-se luzes sobre a proteção das futuras gerações e a responsabilidade civil, já que a concepção clássica de responsabilidade não se demonstra eficaz para lidar com as questões que envolvem as futuras gerações.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Meio ambiente. Princípio da prevenção. Princípio da precaução.

FUTURE GENERATIONS AND LIABILITY

ABSTRACT

The article aims to understand the legal foundations of the protection of the future generations. In first place, the concept of future generations is analyzed, then the constitutional and international foundations that allow the protection of the future generations. In second place, verifying the vulnerability of the future generations, tort law and future generations are considered, especially because the classic tort law isn't able to give correct answers on protection the future generations.

Keywords: Tort law. Environment. Prevention principle. Precautionary principle.

1 INTRODUÇÃO

Como se sabe, vive-se hoje em um mundo globalizado e se está inserido em uma pós-modernidade que traz novos desafios diante da velocidade em que as situações concretas provocam o ordenamento jurídico existente com o fim de dar soluções a estas problemáticas.

As inovações tecnológicas bem como o implemento das atividades produtivas cada vez mais complexas trazem inúmeros dificuldades para o estudioso do Direito. Questões como a proteção aos dados pessoais, a engenharia genética, a procriação *in vitro*, as transações realizadas pela internet, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, dentre inúmeras outras, requerem do estudioso um novo olhar, com respostas que possam aplacar os anseios para a solução das referidas questões que, embora façam parte do dia-a-dia das pessoas, não é acompanhado pela mesma velocidade legislativa a fim de se permitir uma solução para os impasses decorrentes das referidas situações.

Nessa perspectiva, coloca-se a responsabilidade civil. Este instituto tem passado por inúmeras transformações que tem por objetivo adequar a complexa realidade em que se vive com postulados que, muitas vezes, não atendem aos anseios de uma sociedade pluralista e, especialmente no seu aspecto jurídico, de proteção a pessoa humana.

A evolução da responsabilidade civil, que nos primórdios foi construída, de forma incipiente, com fundamento no elemento “culpa” viu, na verdade, uma notável expansão, a ponto de se reconhecer a responsabilidade sem qualquer análise de culpa do agente causador do dano, a denominada responsabilidade “objetiva”, a ponto, inclusive, de proclamarem a “morte da culpa” como elemento conformador da responsabilidade (CATALAN, 2013).

Diante do vertiginoso aumento das situações de configuração de responsabilidade civil objetiva e do crescimento de situações violadoras da dignidade da pessoa humana, o qual permitiu o reconhecimento do dano denominado “extrapatrimonial”, que decorre da violação a cláusula geral de dignidade da pessoa humana, o dano indenizável/compensável é elemento de suma relevância na configuração da responsabilidade civil.

Embora as concepções jurídicas clássicas tenham em consideração o fato de que as relações jurídicas somente se estabelecem entre pessoas que se encontram no mesmo espaço temporal, a evolução do progresso tecnológico e as suas danosas consequências, seja em relação à existência e manutenção de um meio ambiente saudável e habitável, seja em relação à própria manutenção da condição de pessoa humana, diante das inúmeras possibilidades

apresentadas pela engenharia genética e das condições de incerteza científica acerca das consequências danosas que possam ocorrer diante de determinados experimentos tecnológicos, levam o intérprete e estudioso do Direito a repensar a esfera temporal em que se estabelecem as relações jurídicas.

E diante dessa perspectiva é que se coloca a questão das futuras gerações, que, numa definição simplista seriam aquelas que, no momento em que os atos/omissões estão ocorrendo, ainda não existem fisicamente.

2 HÁ PROTEÇÃO JURÍDICA ÀS FUTURAS GERAÇÕES?

Com efeito, a utilização de determinadas técnicas científicas podem, diante da falta de precisão atual acerca das consequências danosas que tais técnicas possam gerar, comprometer o próprio *status* de pessoa humana, como poderia ocorrer em caso de clonagem humana, hibridização humana ou ainda da seleção ou orientação genética da pessoa.

Da mesma forma, a utilização adequada, racional e sustentável dos recursos naturais, resguardando tais recursos da degradação indevida e mantendo o seu nível de aproveitamento econômico, sem poluir o ar, a água e o solo, nem esgotar os recursos naturais, chama a atenção dos estudiosos em justiça intergeracional. Isso porque a má utilização dos recursos naturais pode levar ao seu esvaziamento, fazendo com que as gerações futuras não gozem dos recursos que os seus antepassados gozaram.

Identificadas algumas situações em que se pode considerar que os atos ou omissões praticados no presente momento temporal possuem reflexos para o futuro, é possível sustentar a existência de direitos para uma geração futura.

Essa concepção considera que as pessoas são responsáveis pelo meio ambiente e pelas espécies que nele se encontram e que, dessa forma, estão todos interligados com a geração passada, a presente e a futura, de forma que as pessoas são responsáveis pela utilização dos recursos do planeta Terra e pela manutenção da condição humana (WEISS, 1992, p. 20).

Essa perspectiva, contudo, não é de fácil aceitação quando se miram os olhos para as visões clássicas do direito. Tal decorre do fato de que a teoria da relação jurídica, tal como elaborada pelo direito romano e reafirmado pela

Pandectística, pressupõe a existência de um vínculo jurídico, regulada pela lei e estabelecida entre pessoas ou entre pessoa e uma coisa/bem.

Isso porque a visão clássica de relação jurídica, em um aspecto reducionista, estabelece um limite temporal claro em relação ao(s) sujeito(s) da referida relação jurídica. Esse sempre é contemporâneo à relação estabelecida. Ou seja, não se estabelece nenhuma relação jurídica com quem ainda não existe.

Pensar-se em geração futura coloca em xeque a referida concepção de relação jurídica, porque a análise da legislação civil pátria somente reconhece efeitos jurídicos a uma geração futura, basicamente, em questões relativas ao direito sucessório. Assim, é possível estabelecer um testamento em favor de alguém que, no momento de sua elaboração, ainda não é existente; determinar a constituição de um fideicomisso em favor de uma pessoa que inexistia no momento de sua instituição (art. 1.952, do CC); observar as limitações à liberdade de testar, especialmente relacionadas com a legítima dos herdeiros necessários (art. 1.857, §2º, do CC).

Imaginar-se que uma geração futura possa ter direitos e que tais direitos possam ser exigíveis traça uma série de dificuldades dogmáticas de complexa solução.

Os problemas já se iniciam com a própria questão conceitual. O que seria uma geração futura? Existiria um vínculo jurídico entre a geração passada/presente e a atual? Quantas gerações estariam vinculadas entre si? Como a geração futura poderia, se é que poderia, exigir uma compensação pelo dano transgeracional? Quem representaria a geração futura? De que forma o dano transgeracional seria compensado? Essas questões certamente requerem um aprofundamento que se revela inviável nos estreitos limites do presente estudo.

Uma vez aceita a existência de um direito de futuras gerações, dentro da concepção de que aqueles que se encontram no uso e gozo dos recursos naturais e na implementação das pesquisas genéticas são responsáveis pela manutenção dessas condições para as gerações futuras, para que estas também possam gozar dos direitos que a presente geração herdou da geração passada e tem a obrigação de mantê-la para a geração futura, é preciso identificar um sistema jurídico que possa zelar pela aplicação de tais direitos.

A proteção das gerações futuras nasceu, principalmente, diante da relação entre os seres humanos e o meio ambiente. A necessidade de se estabelecer

um meio ambiente sustentável, de modo que a geração atual deve agir com responsabilidade para garantir a manutenção das condições de habitação do Planeta Terra para as atuais e futuras gerações.

Tal preocupação aparece estampada em documentos internacionais que tratam, especialmente, da proteção ao meio ambiente. Assim, a Declaração da Conferência da ONU sobre o ambiente humano dispõe, em seu primeiro princípio, que:

[...] o homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as *gerações presentes e futuras*¹.

O estabelecimento de um princípio dessa natureza em um documento internacional ressalta a necessidade de consciência, em escala global, de que a geração atual é responsável, perante as futuras gerações, em manter um meio ambiente sadio.

E esta não é a única proposição internacional nesse sentido.

Tratam do tema da responsabilidade da geração atual com as futuras gerações a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, adotada pela Conferência Geral da UNESCO em 16 de novembro de 1971, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica, adotadas no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1992, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 14 de junho de 1992, a Declaração e o Programa de Ação de Viena, adotados pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 25 de junho de 1993, e as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas relativas à proteção do clima global para as presentes e futuras gerações adotadas desde 1990.

Ainda em se tratando da seara internacional, relevância possui a Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em relação às Gerações Futuras adotada em 12 de novembro de 1997 pela Conferência Geral da UNESCO na 29ª sessão.

¹ Disponível em: <<http://openlink.br.inter.net/jctyll/1904.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

Na referida declaração são assentados os fundamentos acerca da responsabilidade intergeracional, ou seja, da geração presente em relação às gerações futuras.

Essa responsabilidade perpassa a necessidade de garantir a manutenção e perpetuação da humanidade, o que implica no respeito pelo princípio da dignidade da pessoa humana e está intimamente relacionado com a utilização da genética e seus experimentos, até a garantia do meio ambiente, inclusive do meio ambiente cultural material ou imaterial, o qual deve ser transmitido às gerações futuras.

Uma vez que as gerações futuras acabam adquirindo relevância no âmbito internacional, a eficácia das referidas medidas somente se concretiza a partir do momento em que cada país também adota os referidos postulados no âmbito da sua legislação.

No caso do direito brasileiro, é possível encontrar fundamentos para a proteção das gerações futuras na Constituição da República Federativa do Brasil. Com efeito, o art. 1º, III, da CRFB estabelece como fundamento da República a dignidade da pessoa humana, princípio ápice do ordenamento jurídico pátrio e que orienta as intervenções genéticas e determina, também, a manutenção de um meio ambiente sustentável e sadio.

Ainda, na Carta Magna, o art. 225 expressamente inclui a proteção das gerações futuras como um direito, *in verbis*:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Na legislação infraconstitucional, não são muitas as referências às futuras gerações e, quando estas são encontradas, normalmente estão relacionadas com a proteção com o meio ambiente.

Nesse sentido, é o disposto no art. 2º, I, da Lei nº 9.433/97², que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos, assim como o disposto na Lei nº 9.985/2000, nos seus arts. 2º, II e 20, ao regulamentar o art. 225, da CRFB. O

² Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos: I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

disposto na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, também revela a preocupação com o consumo sustentável e a sua política de descarte de resíduos, o que também responde aos anseios da proteção das gerações futuras.

Como se verifica deste *vol d'oiseau* na legislação pátria, as referências legais às futuras gerações são encontradas, precipuamente, em leis que buscam melhor regulamentar questões atinentes à proteção do meio ambiente.

Porém, a proteção às gerações futuras não pode estar restrita à proteção ao meio ambiente. No direito civil também é possível identificar-se essa proteção, especialmente quando se leva em consideração o fato de que o direito civil é permeado pelos valores e princípios constitucionais, sendo necessária uma releitura dos institutos civilistas levando em consideração o mandamento da dignidade da pessoa humana, de modo que as questões patrimoniais restam funcionalizadas ao atendimento do referido postulado, regulando-se também as questões de natureza existencial, as quais possuem assento no disposto no art. 1º, III, da CRFB.

3 FUTURAS GERAÇÕES E VULNERABILIDADE

No direito civil atual, ressalta-se a preocupação em proteger os vulneráveis, considerados aqueles não possuem condições – físicas, técnicas, jurídicas, econômicas, etc. – de estabelecer relações jurídicas em grau de igualdade no sentido formal do termo.

Assim, considera-se a concepção de igualdade material, em que é preciso reconhecer que as pessoas são diferentes entre si e alguns são mais fracos do que outros e, portanto, vulneráveis, merecendo uma tutela jurídica diferenciada.

É nessa perspectiva que se busca a proteção do consumidor, do idoso, da criança e do adolescente, dos deficientes e pessoas com necessidades especiais e, também, das gerações futuras.

Com efeito, a vulnerabilidade das gerações futuras decorre do fato de que esta não têm condições de reclamar atualmente a proteção de seus interesses e, por tal motivo, a geração presente é responsável em manter

as condições ambientais e humanas para que as gerações futuras possam gozar de um ambiente sadio, sem que se coloque em risco a própria condição humana (MARQUES, 2012, p. 166).

Nesse sentido, é possível que se identifique um “hiato” doutrinário no que diz respeito à proteção dos direitos das futuras gerações pela doutrina civilista pátria, na medida em que o sistema jurídico pátrio ainda não possui um instrumental teórico e jurídico para conceder a proteção das futuras gerações, o que certamente decorre da falta de reconhecimento do direito das gerações vindouras.

4 FUTURAS GERAÇÕES E A RESPONSABILIDADE CIVIL

Como se sabe, a configuração da responsabilidade civil depende da presença de alguns requisitos: ação/omissão, dano e nexo de causalidade entre o ato e o dano. Há dois sistemas de responsabilidade civil: um, calcado na culpa do agente, em que se busca reconhecer a imprudência, negligência ou imperícia e o outro, com fundamento no risco, a chamada responsabilidade objetiva, aonde não há qualquer questionamento acerca da conduta culposa do agente.

O Código Civil prevê ambos os sistemas nos arts. 186 e 927, especialmente em relação ao dano transgeracional que, de forma simplista, pode ser considerado como o dano que venha a ser praticado pela geração atual mas cujas consequências serão sentidas pela geração futura.

Esse dano transgeracional deve ser caracterizado juridicamente, o que demanda ao jurista a resposta a alguns questionamentos. Qual seria o conteúdo do dano transgeracional? Como se caracterizaria o dano transgeracional em relação à concepção de dano injusto? Qual o regime de responsabilidade civil aplicável ao dano transgeracional? Qual o critério distintivo entre os diferentes tipos de danos transgeracionais? (GAILLARD, 2012, p. 255). Todas são questões de uma categoria em construção, cujas respostas devem ser buscadas.

Em realidade, os desafios trazidos pela concepção de um dano transgeracional, que vincula a geração presente à geração futura, acaba por trazer uma nova perspectiva à responsabilidade civil.

Isso porque, após a concepção sancionatória da responsabilidade civil, calcada no elemento da culpa, assiste-se ao aumento das hipóteses de

responsabilidade civil fundadas no risco e na proteção da vítima, de forma que a mesma não reste desamparada, atualmente se pode vislumbrar uma responsabilidade civil antecipada, fundamentada na prevenção de riscos coletivos e na preservação dos interesses ambientais e bioéticos, com o fim de resguardar os interesses da geração atual e da geração futura³.

Dessa forma, a responsabilidade civil não está mais adstrita somente a uma concepção de compensar o dano sofrido pela vítima, mas também de antecipar a possibilidade de ocorrência de danos e preveni-los. Nessa senda é que se fala em princípio da precaução, que se caracteriza pelo:

[...] agir antecipadamente a fim de impedir o surgimento de uma situação potencialmente danosa (pense-se, por exemplo, nos perigos desconhecidos que derivam do uso de produtos geneticamente modificados na indústria alimentícia.). (PERLINGIERI, 2008, p. 802-803).

Por conseguinte, a análise do dano transgeracional, que tem como escopo a proteção dos danos que possam ser provocados às gerações futuras, compreende uma nova concepção de responsabilidade civil, desta vez mais preocupada com a prevenção de danos quando não se sabe ao certo qual a consequência dos atos que são praticados no presente momento, especialmente em relação ao meio ambiente e à saúde da pessoa humana.

A jurisprudência, especialmente dos Tribunais Superiores, vem reconhecendo a necessidade de proteção das futuras gerações, até mesmo por meio do direito penal. O Habeas Corpus 238.344/PA, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, e que objetivava o trancamento da ação penal em que se discutia se o transporte e comercialização de quinze raias de espécie proibida configuraria ou não o crime ambiental do art. 34, parágrafo único, III, da Lei nº 9.605/1998, pugnando pela aplicação do princípio da insignificância, teve a ordem denegada ao argumento de que o referido princípio deve ser sopesado com o princípio da equidade intergeracional, que busca garantir a sobrevivência das condições de vida do planeta para as futuras gerações⁴.

³ Nesse sentido, a doutrina de Delaunay (2012, p. 223-224).

⁴ PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME AMBIENTAL (ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO, III, DA LEI nº 9.605/1998). FALSIDADE IDEOLÓGICA. CONTRABANDO OU DESCAMINHO. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO

Em outro recente julgamento, o STJ, ao julgar recurso especial em ação civil pública para apurar os danos ambientais decorrentes da operação da Usina Hidroelétrica de Chavantes, no Paraná, em que não houve estudo prévio de impacto ambiental (EIA/RIMA), foi decidido que a compensação financeira decorrente da utilização dos recursos hídricos bem como a indenização por eventuais danos decorrentes do referido uso tem por objetivo resguardar o direito das futuras gerações. No caso, contudo, se entendeu que não seria possível a determinação de realização do referido estudo prévio de impacto ambiental, porque quando realizado o referido empreendimento, não havia previsão legal exigindo o EIA/RIMA e, também, porque o empreendimento já está em funcionamento há 43 (quarenta e três

CABIMENTO. CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. VERIFICAÇÃO DE EVENTUAL COAÇÃO ILEGAL À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO. VIABILIDADE. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DA AUSÊNCIA DE TIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA, PELA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO DE QUINZE RAIAS DE ESPÉCIE PROIBIDA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 27, DE 6/9/2005, DO IBAMA, MEDIANTE NOTA FISCAL E GUIA DE EXPORTAÇÃO IDEOLÓGICAMENTE FALSIFICADAS. CONDUTA QUE SE INSERE NA ATIVIDADE PROFISSIONAL DOS PACIENTES, DOS QUAIS SE EXIGE MAIOR CONHECIMENTO E RESPEITO À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL. CONDUTAS QUE DEMONSTRAM OFENSIVIDADE AO BEM JURÍDICO TUTELADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INEXISTÊNCIA. [...]

3. Busca a impetração o trancamento da ação penal proposta contra os acusados, ao argumento da atipicidade material da conduta, em face da aplicação do princípio da insignificância.

4. A denúncia oferecida contra os pacientes lhes atribui a conduta de transportar, para fins de exportação, quinze raias de espécie proibida pela Instrução Normativa n. 27, de 6/9/2005, do Ibama, mediante nota fiscal e guia para exportação ideologicamente falsificadas, visto que, em vez de constar a espécie de raia efetivamente transportada, continha nos documentos a informação de que o animal destinado à exportação seria de espécie não vedada pelo Ibama.

5. Não obstante seja possível a aplicação do princípio da insignificância aos tipos penais que tutelam a proteção do meio ambiente, a depender do grau de reprovabilidade, relevância da periculosidade social e ofensividade da conduta cometida pelo agente, tal aferição deve ser realizada com cautela, dada a fundamentalidade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, inerente às presentes e futuras gerações (princípio da equidade intergeracional).

6. No caso específico dos autos, não se vislumbra a possibilidade de afastar a incidência do direito penal às condutas atribuídas aos pacientes, pois não se trata apenas do transporte de ínfimas quinze raias proibidas por instrução normativa do Ibama, mas das condutas de transportar quinze raias de comércio e transporte proibidos (art. 34, III, da Lei n. 9.605/1998), para fins de exportação, mediante nota fiscal e guia de exportação falsificadas ideologicamente.

7. Deve se levar em consideração a circunstância de que a exportação do animal apreendido se apresenta como a atividade profissional dos acusados, sócio-proprietário e administradora da filial da empresa, que abrange como uma de suas atividades a comercialização e exportação de raias de água continental, situação que faz com que se exija dos pacientes maior respeito e conhecimento da legislação ambiental e, principalmente, da espécie de animal efetivamente comercializado.

8. Em se tratando de crime ambiental, em que não se tutela o patrimônio, no sentido financeiro da palavra, mas o meio ambiente ecologicamente equilibrado, um dos direitos fundamentais da pessoa humana, para concluir no sentido da ausência de tipicidade material da conduta, tais requisitos devem se apresentar ainda mais latentes.

9. Eventual equívoco entre a espécie de animal efetivamente transportado e a informação constante da nota fiscal e guia de exportação deverá ser esclarecido durante a instrução criminal, situação que reforça a impossibilidade de trancamento prematuro da ação penal em questão.

10. Habeas corpus não conhecido. (HC 238.344/PA, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, 6ª Turma do STJ, DJe 06/09/2013).

anos). Porém, foi determinada, para apurar os danos ocorridos, a realização de prova pericial.

Nesse sentido, a ementa do referido recurso:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANOS AO MEIO AMBIENTE. USINA HIDRELÉTRICA DE CHAVANTES. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. LEI 7.990/89. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS. DANOS AMBIENTAIS EVENTUAIS NÃO ABRANGIDOS POR ESSE DIPLOMA NORMATIVO. PRECEDENTE STF. EXIGÊNCIA DE ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA/RIMA). OBRA IMPLEMENTADA ANTERIORMENTE À SUA REGULAMENTAÇÃO. PROVIDÊNCIA INEXEQUÍVEL. PREJUÍZOS FÍSICOS E ECONÔMICOS A SEREM APURADOS MEDIANTE PERÍCIA TÉCNICA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O Tribunal de origem apreciou adequadamente todos os pontos necessários ao desate da lide, não havendo nenhuma obscuridade que justifique a sua anulação por este Superior Tribunal.

2. A melhor exegese a ser dispensada ao art. 1º da Lei 7.990/89 é a de que a compensação financeira deve se dar somente pela utilização dos recursos hídricos, não se incluindo eventuais danos ambientais causados por essa utilização.

3. Sobre o tema, decidiu o Plenário do STF: “Compensação ambiental que se revela como instrumento adequado à defesa e preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, não havendo outro meio eficaz para atingir essa finalidade constitucional” (ADI 3.378-DF, Rel. Min. AYRES BRITTO, DJe 20/06/2008).

4. A natureza do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado - fundamental e difusa - não confere ao empreendedor direito adquirido de, por meio do desenvolvimento de sua atividade, agredir a natureza, ocasionando prejuízos de diversas ordens à presente e futura gerações.

5. Atrita com o senso lógico, contudo, pretender a realização de prévio Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) num empreendimento que está em atividade desde 1971, isto é, há 43 anos.

6. Entretanto, impõe-se a realização, em cabível substituição, de perícia técnica no intuito de aquilatar os impactos físicos e econômicos decorrentes das atividades desenvolvidas pela Usina Hidrelétrica de Chavantes, especialmente no Município autor da demanda (Santana do Itararé/PR).

7. Recurso especial parcialmente provido.⁵

⁵ REsp 1172553/PR, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 1ª Turma do STJ, DJe 04/06/2014.

No Supremo Tribunal Federal também se encontram decisões que conferem normatividade jurídica ao direito das futuras gerações⁶. Merecem destaque dois julgamentos. O primeiro, o julgamento da ADPF 101/DF, em que se discutia a possibilidade de importação de pneus usados, o que foi repelido pelo referido Tribunal. A ementa é autoexplicativa e demonstra a fundamentação calcada na proteção dos direitos das futuras gerações:

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL: ADEQUAÇÃO. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE. ARTS. 170, 196 E 225 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONSTITUCIONALIDADE DE ATOS NORMATIVOS PROIBITIVOS DA IMPORTAÇÃO DE PNEUS USADOS. RECICLAGEM DE PNEUS USADOS: AUSÊNCIA DE ELIMINAÇÃO TOTAL DE SEUS EFEITOS NOCIVOS À SAÚDE E AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO. COISA JULGADA COM CONTEÚDO EXECUTADO OU EXAURIDO: IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO. DECISÕES JUDICIAIS COM CONTEÚDO INDETERMINADO NO TEMPO: PROIBIÇÃO DE NOVOS EFEITOS A PARTIR DO JULGAMENTO. ARGUIÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. 1. Adequação da arguição pela correta indicação de preceitos fundamentais atingidos, a saber, o direito à saúde, direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (arts. 196 e 225 da Constituição Brasileira) e a busca de desenvolvimento econômico sustentável: princípios constitucionais da livre iniciativa e da liberdade de comércio interpretados e aplicados em harmonia com o do desenvolvimento social saudável. Multiplicidade de ações judiciais, nos diversos graus de jurisdição, nas quais se têm interpretações e decisões divergentes sobre a matéria: situação de insegurança jurídica acrescida da ausência de outro meio processual hábil para solucionar a polêmica pendente: observância do princípio da subsidiariedade. Cabimento da presente ação. 2. Arguição de descumprimento dos preceitos fundamentais constitucionalmente estabelecidos: decisões judiciais nacionais permitindo a importação de pneus usados de Países que não compõem o Mercosul: objeto de contencioso na Organização Mundial do Comércio – OMC, a partir de 20.6.2005, pela Solicitação de Consulta da União Europeia ao Brasil. 3. Crescente aumento da frota de veículos no mundo a acarretar também aumento de pneus novos e, conseqüentemente, necessidade de sua substituição em decorrência do seu

⁶ A respeito, exemplificativamente: “Agravamento regimental no recurso extraordinário. Constitucional. Ação civil pública. Defesa do meio ambiente. Implementação de políticas públicas. Possibilidade. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. *Esta Corte já firmou a orientação de que é dever do Poder Público e da sociedade a defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado para a presente e as futuras gerações, sendo esse um direito transindividual garantido pela Constituição Federal, a qual comete ao Ministério Público a sua proteção.* 2. O Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais sem que isso configure violação do princípio da separação de poderes. 3. Agravamento regimental não provido.” (RE 417408 AgR/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, DJe 26/04/2012, grifo nosso).

desgaste. Necessidade de destinação ecologicamente correta dos pneus usados para submissão dos procedimentos às normas constitucionais e legais vigentes. Ausência de eliminação total dos efeitos nocivos da destinação dos pneus usados, com malefícios ao meio ambiente: demonstração pelos dados. 4. Princípios constitucionais (art. 225) a) do desenvolvimento sustentável e b) *da equidade e responsabilidade intergeracional*. Meio ambiente ecologicamente equilibrado: preservação para a geração atual e para as gerações futuras. Desenvolvimento sustentável: crescimento econômico com garantia paralela e superiormente respeitada da saúde da população, cujos direitos devem ser observados em face das necessidades atuais e daquelas previsíveis e a serem prevenidas para garantia e respeito às gerações futuras. Atendimento ao princípio da precaução, acolhido constitucionalmente, harmonizado com os demais princípios da ordem social e econômica. 5. Direito à saúde: o depósito de pneus ao ar livre, inexorável com a falta de utilização dos pneus inservíveis, fomentado pela importação é fator de disseminação de doenças tropicais. Legitimidade e razoabilidade da atuação estatal preventiva, prudente e precavida, na adoção de políticas públicas que evitem causas do aumento de doenças graves ou contagiosas. Direito à saúde: bem não patrimonial, cuja tutela se impõe de forma inibitória, preventiva, impedindo-se atos de importação de pneus usados, idêntico procedimento adotado pelos Estados desenvolvidos, que deles se livram. 6. Recurso Extraordinário n. 202.313, Relator o Ministro Carlos Velloso, Plenário, DJ 19.12.1996, e Recurso Extraordinário n. 203.954, Relator o Ministro Ilmar Galvão, Plenário, DJ 7.2.1997: Portarias emitidas pelo Departamento de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Decex harmonizadas com o princípio da legalidade; fundamento direto no art. 237 da Constituição da República. 7. Autorização para importação de remoldados provenientes de Estados integrantes do Mercosul limitados ao produto final, pneu, e não às carcaças: determinação do Tribunal ad hoc, à qual teve de se submeter o Brasil em decorrência dos acordos firmados pelo bloco econômico: ausência de tratamento discriminatório nas relações comerciais firmadas pelo Brasil. 8. Demonstração de que: a) os elementos que compõem o pneu, dando-lhe durabilidade, é responsável pela demora na sua decomposição quando descartado em aterros; b) a dificuldade de seu armazenamento impele a sua queima, o que libera substâncias tóxicas e cancerígenas no ar; c) quando compactados inteiros, os pneus tendem a voltar à sua forma original e retornam à superfície, ocupando espaços que são escassos e de grande valia, em especial nas grandes cidades; d) pneus inservíveis e descartados a céu aberto são criadouros de insetos e outros transmissores de doenças; e) o alto índice calorífico dos pneus, interessante para as indústrias cimenteiras, quando queimados a céu aberto se tornam focos de incêndio difíceis de extinguir, podendo durar dias, meses e até anos; f) o Brasil produz pneus usados em quantitativo suficiente para abastecer as fábricas de remoldagem de pneus, do que decorre não faltar matéria-prima a impedir a atividade econômica. Ponderação dos princípios constitucionais: demonstração de que a importação

de pneus usados ou remoldados afronta os preceitos constitucionais de saúde e do meio ambiente ecologicamente equilibrado (arts. 170, inc. I e VI e seu parágrafo único, 196 e 225 da Constituição do Brasil). 9. Decisões judiciais com trânsito em julgado, cujo conteúdo já tenha sido executado e exaurido o seu objeto não são desfeitas: efeitos acabados. Efeitos cessados de decisões judiciais pretéritas, com indeterminação temporal quanto à autorização concedida para importação de pneus: proibição a partir deste julgamento por submissão ao que decidido nesta arguição. 10. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental julgada parcialmente procedente. (ADPF 101/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe 04/06/2012).

Além do referido julgamento, também merece destaque o decidido na ADI 3540 MC/DF, especialmente diante dos argumentos que foram articulados para o julgamento da demanda. Com efeito, fez-se menção à necessidade de respeitar o direito das futuras gerações, especialmente o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. O acórdão também faz menção à tensão existente em relação à exploração econômica e a manutenção de um meio ambiente equilibrado.

Confira-se a ementa:

MEIO AMBIENTE - DIREITO À PRESERVAÇÃO DE SUA INTEGRIDADE (CF, ART. 225) - PRERROGATIVA QUALIFICADA POR SEU CARÁTER DE METAINDIVIDUALIDADE - DIREITO DE TERCEIRA GERAÇÃO (OU DE NOVÍSSIMA DIMENSÃO) QUE CONSAGRA O POSTULADO DA SOLIDARIEDADE - NECESSIDADE DE IMPEDIR QUE A TRANSGRESSÃO A ESSE DIREITO FAÇA IRROMPER, NO SEIO DA COLETIVIDADE, CONFLITOS INTERGERACIONAIS - ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS (CF, ART. 225, § 1º, III) - ALTERAÇÃO E SUPRESSÃO DO REGIME JURÍDICO A ELES PERTINENTE - MEDIDAS SUJEITAS AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RESERVA DE LEI - SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - POSSIBILIDADE DE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CUMPRIDAS AS EXIGÊNCIAS LEGAIS, AUTORIZAR, LICENCIAR OU PERMITIR OBRAS E/OU ATIVIDADES NOS ESPAÇOS TERRITORIAIS PROTEGIDOS, DESDE QUE RESPEITADA, QUANTO A ESTES, A INTEGRIDADE DOS ATRIBUTOS JUSTIFICADORES DO REGIME DE PROTEÇÃO ESPECIAL - RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA (CF, ART. 3º, II, C/C O ART. 170, VI) E ECOLOGIA (CF, ART. 225) - COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS - CRITÉRIOS DE SUPERAÇÃO DESSE ESTADO DE TENSÃO ENTRE VALORES CONSTITUCIONAIS RELEVANTES - OS DIREITOS BÁSICOS DA PESSOA HUMANA E AS SUCESSIVAS GERAÇÕES (FASES OU DIMENSÕES) DE DIREITOS (RTJ 164/158, 160-161) - A QUESTÃO DA PRECEDÊNCIA DO DIREITO À PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: UMA LIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL EXPLÍCITA À ATIVIDADE ECONÔMICA (CF, ART. 170, VI) - DECISÃO NÃO REFERENDADA - CONSEQÜENTE INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. A PRESERVAÇÃO

DA INTEGRIDADE DO MEIO AMBIENTE: EXPRESSÃO CONSTITUCIONAL DE UM DIREITO FUNDAMENTAL QUE ASSISTE À GENERALIDADE DAS PESSOAS. - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Trata-se de um típico direito de terceira geração (ou de novíssima dimensão), que assiste a todo o gênero humano (RTJ 158/205-206). Incumbe, ao Estado e à própria coletividade, a especial obrigação de defender e preservar, em benefício das presentes e futuras gerações, esse direito de titularidade coletiva e de caráter transindividual (RTJ 164/158-161). O adimplemento desse encargo, que é irrenunciável, representa a garantia de que não se instaurarão, no seio da coletividade, os graves conflitos intergeracionais marcados pelo desrespeito ao dever de solidariedade, que a todos se impõe, na proteção desse bem essencial de uso comum das pessoas em geral. Doutrina. A ATIVIDADE ECONÔMICA NÃO PODE SER EXERCIDA EM DESARMONIA COM OS PRINCÍPIOS DESTINADOS A TORNAR EFETIVA A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE. - A incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica, ainda mais se se tiver presente que a atividade econômica, considerada a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a “defesa do meio ambiente” (CF, art. 170, VI), que traduz conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral. Doutrina. Os instrumentos jurídicos de caráter legal e de natureza constitucional objetivam viabilizar a tutela efetiva do meio ambiente, para que não se alterem as propriedades e os atributos que lhe são inerentes, o que provocaria inaceitável comprometimento da saúde, segurança, cultura, trabalho e bem-estar da população, além de causar graves danos ecológicos ao patrimônio ambiental, considerado este em seu aspecto físico ou natural. A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL (CF, ART. 3º, II) E A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE DO MEIO AMBIENTE (CF, ART. 225): O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO FATOR DE OBTENÇÃO DO JUSTO EQUILÍBRIO ENTRE AS EXIGÊNCIAS DA ECONOMIA E AS DA ECOLOGIA. - O princípio do desenvolvimento sustentável, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a invocação desse postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais: o direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações. O ART. 4º DO CÓDIGO FLORESTAL E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.166-67/2001: UM AVANÇO EXPRESSIVO NA TUTELA DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. - A Medida Provisória nº 2.166-67, de 24/08/2001, na parte em que introduziu significativas alterações no art. 4º do Código Florestal, longe de comprometer os valores constitucionais consagrados no art. 225 da Lei

Fundamental, estabeleceu, ao contrário, mecanismos que permitem um real controle, pelo Estado, das atividades desenvolvidas no âmbito das áreas de preservação permanente, em ordem a impedir ações predatórias e lesivas ao patrimônio ambiental, cuja situação de maior vulnerabilidade reclama proteção mais intensa, agora propiciada, de modo adequado e compatível com o texto constitucional, pelo diploma normativo em questão. - Somente a alteração e a supressão do regime jurídico pertinente aos espaços territoriais especialmente protegidos qualificam-se, por efeito da cláusula inscrita no art. 225, § 1º, III, da Constituição, como matérias sujeitas ao princípio da reserva legal. - É lícito ao Poder Público - qualquer que seja a dimensão institucional em que se posicione na estrutura federativa (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios) - autorizar, licenciar ou permitir a execução de obras e/ou a realização de serviços no âmbito dos espaços territoriais especialmente protegidos, desde que, além de observadas as restrições, limitações e exigências abstratamente estabelecidas em lei, não resulte comprometida a integridade dos atributos que justificaram, quanto a tais territórios, a instituição de regime jurídico de proteção especial (CF, art. 225, § 1º, III). (ADI 3540 MC/DF – Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ 03/02/2006 p. 14)

Por conseguinte, o que se pode verificar das decisões anteriores é que a jurisprudência pátria confere direito às futuras gerações, na esteira da normativa aplicável, mas a responsabilidade civil acaba subvertendo a lógica clássica, com fundamento da prevenção ou precaução, em relação a uma probabilidade de ocorrência do dano transgeracional.

5 CONCLUSÕES

Conforme pode ser observado, o direito das futuras gerações vem recebendo cada vez mais atenção, reconhecendo-se a sua especial característica de vulnerabilidade. Porém, há inúmeras questões que merecem maior reflexão pela doutrina pátria, que não tem se debruçado sobre o tema.

Especialmente no que tange à responsabilidade civil por conta dos danos causados às futuras gerações, o que se pode analisar é que a lógica do dano acaba sendo substituída pela tutela, que busca evitar a ocorrência do dano, fazendo com a responsabilidade adquira uma tutela preventiva.

A consciência com os direitos das futuras gerações, em verdade, além de manter o meio ambiente para as gerações vindouras e a própria condição humana, garante à geração atual um meio ambiente saudável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CATALAN, Marcos. **A morte da culpa na responsabilidade contratual**. São Paulo: RT, 2013.

DELAUNAY, Benoît. Le fait générateur de la responsabilité envers les générations futures. In: MARKUS, Jean-Paul (Org.). **Quelle responsabilité juridique envers les générations futures?** Paris: Dalloz, 2012. p. 213-225.

GAILLARD, Émile. Pour la reconnaissance juridique du dommage transgénérationnel. In: MARKUS, Jean-Paul (Org.). **Quelle responsabilité juridique envers les générations futures?** Paris: Dalloz, 2012. p. 245-260.

MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. **O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis**. São Paulo: RT, 2012.

PERLINGIERI, Pietro. **O direito civil na legalidade constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

WEISS, Edith Brown. Fairness to future generations and sustainable development. **American University International Law Review**, Washington, D.C., v. 8, n. 1, p. 22-40, 1992.